

# Nuevo Mundo Mundos Nuevos

Nouveaux mondes mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds

Debates

2021

Para assegurar a saúde do corpo e da alma: prevenção e cura na Europa e no Ultramar do século XVI ao XVIII

---

## Para cuidar da salvação das Almas nos dois lados do Atlântico: a confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas de Braga (séculos XVII- XVIII)

*To care for the salvation of souls on both sides of the Atlantic: the brotherhood of S. Nicolau Tolentino and Souls of Braga (17th-18th centuries)*

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.84133>

---

### Resumos

Português English

Neste trabalho procuraremos analisar o desempenho das confrarias das Almas do Purgatório da cidade de Braga, dando a conhecer o seu papel enquanto cuidadoras das Almas que padeciam no fogo do Purgatório. A ação destas instituições cresceu com Trento, alcançando grande popularidade entre os crentes. O medo do Purgatório, lugar de onde as Almas podiam ser remidas, levou todos os que podiam a inscrever-se nestas instituições para gozarem dos benefícios por elas patrocinados. Foi principalmente através da oração, da celebração de missas, mas também de ações de caridade, que os vivos intercederam em favor dos mortos. As 14 confrarias das Almas de Braga marcaram uma assinalável presença no mundo dos mortos, promovendo a celebração de muitas missas no sentido de resgatar as Almas de todos, pois, contrariamente às restantes, cuidavam da saúde de todas as Almas sofredoras. Assim, estudaremos os estatutos, os livros de atas e os livros de receita e despesa, conferindo particular atenção à confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas da igreja do convento do Pópulo da cidade de Braga na ligação de um dos seus membros com o Brasil.

In this work we will try to analyze the performance of the confraternities of the Souls of Purgatory in the city of Braga, making known their role as caretakers of the Souls who suffered in the fire of

Purgatory. The action of these institutions grew with Trento, reaching great popularity among the believers. The fear of Purgatory, the place from which Souls could be redeemed, led everyone who could enroll in these institutions to enjoy the benefits they sponsored. It was mainly through prayer, the celebration of masses, but also charitable actions, that the living interceded for the dead. The 14 confraternities of the Souls of Braga marked a notable presence in the world of the dead, promoting the celebration of many masses in order to rescue the Souls of all, because, contrary to the others, they took care of the health of all suffering Souls. Thus, we will study the statutes, the books of minutes and the income and expense books, giving particular attention to the confraternity of S. Nicolau Tolentino of the Souls of the church of the Pópulo convent in the city of Braga in the connection of one of its members with Brazil.

---

## Entradas no índice

**Keywords:** brotherhoods, salvation of Souls, purgatory, Brazil, circulation of goods

**Palavras Chaves:** confrarias, salvação das Almas, purgatório, Brasil, circulação de bens

---

## Texto integral

# Introdução

- 1 Para cuidar da salvação das Almas, servir de enquadramento social e religioso, amparar na vida e na morte, reforçar identidade e sentimento de pertença e criar momentos celebrativos e de sociabilidades existiram na Braga Moderna muitas confrarias, contando-se na segunda metade de setecentos mais de sete dezenas. Este movimento confraternal já existente na Idade Média, intensificou-se com Trento (1545-1563), embora como lembra Federico Palomo, o dinamismo dos fiéis fosse já intenso<sup>1</sup>. A partir deste importante concílio, muitas Constituições Sinodais dos diferentes bispados incentivaram a fundação de algumas confrarias, reforçando certos cultos<sup>2</sup>. O número referido é apontado para um período em que muitas destas associações já estavam em crise, tendo algumas desaparecido e outras se fundindo com mais fortes para continuarem em funcionamento. Mas se todas se preocupam com a salvação, havia as que cuidavam particularmente das Almas, sufragando todas as que permaneciam no Purgatório, lugar transitório de onde podiam ser resgatadas. O estudo dos estatutos destas confrarias demonstra o medo do Purgatório e o investimento que devia ser realizado pelos vivos no auxílio às que permaneciam sofrendo, ardendo no fogo. As metáforas usadas são muitas e apelam à interceção dos vivos junto de Deus para permitir sair as Almas que ali permaneciam em sofrimento, *gritando* e implorando ajuda. Mas se o Purgatório era um lugar transitório, o Inferno não reunia essa condição, permanecendo eternamente as que para lá tinham sido enviadas.
- 2 Como a libertação dos pecados veniais dependia dos mortos mas também dos vivos conduziu à crença de que as Almas salvas pela ação dos vivos intercederiam a seu favor, doutrina divulgada em Portugal no século XVII, quando o Purgatório ganhou forte expressão no quotidiano dos vivos<sup>3</sup>. Missas, sufrágios, ladainhas, responsos e festas religiosas integravam a vida dos que na terra acreditavam na libertação das Almas do Purgatório, recordando-as de forma permanente<sup>4</sup>. O resgate podia ser alcançado principalmente através de duas modalidades: pela interceção de alguns santos; ou através de sufrágios mandados celebrar, conjugados com a prática de obras de caridade pelos vivos em favor dos mortos. A literatura religiosa apelou aos crentes da Idade Moderna o reconhecimento de alguns santos com capacidade para efetuar esse resgate. Recordamos São Miguel-o-Anjo, que a iconografia representa com uma balança para a justiça pesar as Almas, mas também Santo António<sup>5</sup>, São Francisco de Assis, São Gregório Magno, Santa Ana, S. Nicolau Tolentino, entre outros. Destaca-se igualmente a Virgem Maria no papel de intercetora junto de Deus, intermediando vivos e mortos em favor da salvação das suas Almas<sup>6</sup>.
- 3 Embora a cidade disponha de riquíssimos fundos documentais para análise do mundo confraternal são poucos os estudos existentes e menos ainda os que tratam de

articular o Purgatório com o mundo dos vivos. Torna-se, contudo, muito clara a existência de uma forte concorrência entre elas, o que se verifica no aumento de missas pelos confrades mortos, nas cerimónias públicas promovidas, como as festas, as procissões, os cercos e outros desfiles, mas também na corrida às indulgências, aos jubileus e aos altares privilegiados. Esta desenfreada concorrência exige capelães a celebrar um volume cada vez maior de missas, igrejas e sacristias recheadas de altares, imagens, paramentos e alfaias religiosas e desemboca em muitos casos em conflitos, temas que se desejam ver estudados e aprofundados.

- 4 O nosso estudo analisa uma dessas confrarias, baseia-se em fontes manuscritas originais, preservadas numa capela próxima da igreja onde estava sediada a confraria, e para onde seguiu posteriormente, ao que se agrega uma bibliografia atualizada pertinente sobre a temática. Procura contribuir para um debate sobre práticas e sociabilidades religiosas a que se associa a cultura material, indo ao encontro de linhas de investigação recentes que têm cativado o interesse de vários investigadores.

## A fundação da confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas

- 5 Este santo agostinho viveu entre a segunda metade do século XIII e primeira do seguinte, tendo o seu culto enorme divulgação junto dos frades da sua ordem. E foi num convento de agostinhos que nasceu a confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas. A referência mais antiga que possuímos sobre dela reporta-se a 1627, quando já estava em funcionamento, mas desconhecemos quando foi fundada. Porém, temos conhecimento que na sua ereção estiveram envolvidos 18 homens, tendo à cabeça o reitor do convento do Pópulo, frei Bartolomeu de Saldanha, assim como outros frades, mas a maioria eram designados cidadãos da cidade, encontrando-se ainda entre eles um correeiro e dois sirgueiros. A composição social dos fundadores aponta para homens com distinção, maioritariamente da elite da cidade. A informação colhida nos estatutos de 1740 refere ainda que em 1627 o arcebispo Dom Rodrigo da Cunha (1626-1634), foi aceite como irmão, após a sua chegada à cidade, assim como sua irmã dona Isabel, tendo esta oferecido um retábulo e um ornato para a capela onde estava sediada a confraria e colocada a imagem do santo<sup>7</sup>.
- 6 A confraria visava o resgate das Almas que jaziam no Purgatório, por serem devedoras de penas cometidas em vida e necessitarem dos vivos na terra. Estes, através das boas obras e da oração, podiam obter o perdão divino e proporcionar-lhes a obtenção do *premio eterno*<sup>8</sup>. Funcionava com duas tipologias de membros: os irmãos e os confrades. Os primeiros eram *eleitos*, podiam ocupar cargos e depois de os exercerem dois anos, podiam também inscrever as suas esposas, assim como os que ingressavam através do pagamento de uma joia. Estes usufruíam de todos os sufrágios e das indulgências da bula. Já os confrades só gozavam das indulgências da bula, sendo inscritos em livro próprio<sup>9</sup>. Esta composição seleccionava os membros da instituição e explica a grande procura da compra da correia e dos compêndios das indulgências. O acesso às indulgências era muito forte neste momento e através delas procurava-se um caminho mais curto para a salvação da alma<sup>10</sup>.
- 7 Como se explica nos estatutos de 1740, os seus membros repartiam-se em irmãos de dentro e confrades de fora. Nos da primeira qualidade eram aceites clérigos e seculares, mas excluía-se os que tivessem ofício considerado vil e vivessem de forma tida como desonesta.
- 8 A precocidade da confraria está associada à veneração dos frades agostinhos ao seu padroeiro. Todavia, a sua fundação insere-se num movimento mais lato de criação destas instituições devotas das Almas do Purgatório, que reuniam como particularidade o facto de celebrar pela Almas de todos e não apenas das dos seus membros, como acontecia nas demais<sup>11</sup>. Na cidade de Braga temos a confirmação da fundação de 5 no século XVII e de mais 5 na centúria seguinte. Sobre quatro, que se encontram em funcionamento no século XVIII, não conhecemos o momento fundacional. Reunimos este número até ao momento, mas não excluimos a possibilidade de poder vir a ser

aumentado. Chamamos a atenção do leitor para o facto deste nosso estudo se inserir num projeto que temos em desenvolvimento e que o número apontado pode ser alterado com o seu desenvolvimento. Várias delas foram criadas a partir da devoção popular; fiéis que se juntavam para orar pelas Almas sofredoras do Purgatório, decidindo mais tarde organizar-se em confrarias. Também os arcebispos as protegeram e D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) erigiu uma na Sé, por não existir nenhuma nessa igreja. Outras nasceram em conventos femininos e masculinos, sendo as freiras e os frades os mentores destas fundações. Em Braga sabemos da existência de confrarias das Almas nos conventos femininos franciscanos de Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora da Conceição<sup>12</sup> e no do Pópulo, da ordem de Santo Agostinho. Todas as restantes estavam sediadas em igrejas paroquiais e capelas.

9 O convento do Pópulo, sede da confraria em estudo, foi fundado pelo arcebispo D. frei Agostinho de Jesus (1588-1609), professo da ordem de Santo Agostinho, e a sua igreja e convento tiveram início em 1596. Embora desconheçamos a data da fundação da confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas, o seu primeiro acórdão da Mesa data de novembro de 1630 e nele é referido que porquanto *esta confraria começava agora e os irmãos dela procediam com tanto zelo e fervor*, a instituição devia arcar com as despesas das missas e da música, para que os seus membros não recusassem a ocupação de cargos<sup>13</sup>. Se a confraria estava no começo, porque se escusavam os confrades a ocupar os lugares do mando? Normalmente, isso acontecia quando se viam obrigados a assumir encargos financeiros nas festas ou ainda em outras ocasiões, como aconteceu em algumas de Braga, de que as das Almas das igrejas de São Vicente e de São Vitor são exemplo. Não se compreende que no começo assumissem essa postura. Assim, permanece a dúvida sobre o momento fundacional da instituição. Corrobora a nossa posição o facto de, em simultâneo, se acordar condenar irmãos que não pagassem a joia de entrada, através da supressão do acompanhamento na hora das suas mortes, assim como o fornecimento da cera enquanto o féretro estivesse sobre terra<sup>14</sup>. Estas medidas eram normalmente postas em funcionamento quando se acumulava experiência de incumprimento e não no momento fundacional.

10 Apesar das preocupações enunciadas, em 1630 relativamente aos que não queriam ocupar cargos devido às contribuições a que estavam sujeitos, desconhecemos o que se terá passado, pois o livro de termos tem dois interregnos de mais de 50 anos juntos. Porém, em 1682, as despesas da festa do padroeiro eram distribuídas entre o juiz, que pagava a música das vésperas e do dia seguinte, o escrivão as trombetas, atabales e charamelas, o tesoureiro a fogueira da véspera e o tambor e gaita-de-foles e os mordomos a armação da igreja. Já a cera era dividida entre o juiz e os outros mesários<sup>15</sup>. Ou seja, a anterior menção não foi considerada e as despesas continuaram a ser assumidas pelos mesários. Em 1636, a instituição foi dotada com estatutos próprios, os quais foram aprovados em 1668 pelo Cabido, por ser período de Sé Vacante<sup>16</sup>. Porém, para maior operacionalização na sua consulta ordenou-se em 1735 que ficassem em livro específico, uma vez que se encontravam agregados ao registo dos irmãos, mandando-se encadernar as folhas em que as regras se encontravam. Foi ainda referido que os mesmos fossem aumentados, ou seja, sofressem mudanças<sup>17</sup>. Posteriormente, em 1740, foram reformados para servir com maior eficácia, num alusão clara ao bem das Almas e à utilidade à confraria.

11 A confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas era presidida por um religioso do convento, embora tivesse irmãos leigos que ocupavam outros cargos na Mesa. Também as missas eram maioritariamente celebradas pelos frades do convento, que encontravam neste serviço uma fonte de receitas para a sua instituição.

12 Nas diversas funções que cumpria, a confraria desempenhava um papel muito relevante em termos celebrativos, procurando remir as Almas sofredoras do Purgatório. Esse calendário celebrativo encontrava na festa do padroeiro o dia principal, assim como nas vésperas, mas todos os dias se mandava dizer uma missa pelas mesmas Almas.

## Estratégias de angariação de receitas

- 13 Para cumprir o seu objetivo principal, a confraria contava com algumas formas de receita que não se distanciavam muito das suas congêneres, embora nesta assumissem algumas particularidades, como verificaremos. Os interessados em integrá-la sujeitavam-se ao pagamento de uma joia de entrada, assunto debatido em sessão de Mesa de abril de 1705 quando se defendeu que os pretendentes pagassem mais dos que já eram irmãos, por estes terem já servido a instituição. Nessa altura, a confraria procurava aumentar os seus fiéis e a devoção a S. Nicolau Tolentino, assentando a realização de práticas e procissão aos quartos domingos de cada mês, por serem dias de jubileu. Com estas manifestações religiosas intentava incrementar a devoção à correia e a adesão às indulgências, ou seja, a alguns dias de perdão de pecados<sup>18</sup>. Em período de Contra-Reforma, a igreja católica mostrou-se muito ativa no chamamento dos crentes a participação em atividades religiosas, ocupando parte dos seus tempos livres e mantendo os fiéis ocupados.
- 14 A aceitação dos irmãos e o pagamento que lhe estava inerente nem sempre foi assunto fácil na instituição, pois em 1721 foi decidido não aceitar irmãos sem pagar um cruzado novo pela bula e correia, o que significava a resistência de alguns em fazê-lo. O assunto voltou a ser debatido em 1731 quando se acordou ser de 1.200 réis para os novos irmãos, sendo-lhes fornecida a correia e as contas gratuitamente, assim como oito missas em caso de falecimento, conferindo ainda aos mesários que bisassem na Mesa a possibilidade de no segundo ano em que serviam poderem inscrever as suas esposas ou outra pessoa como irmã. As contas, ou o terço, eram benzidas pelo padre reitor do convento. A confraria não oferecia pouco, mas num universo tão concorrencial como era o confraternal de Braga estas medidas de atração são compreensíveis<sup>19</sup>. A confraria dispunha de vários instrumentos para encorajar os seus membros à oração e ao perdão dos pecados: o uso da correia, os terços para rezar e os livrinhos de indulgências<sup>20</sup>, para além de muitas manifestações festivas e de cariz religioso que promovia ao longo do ano.
- 15 Para além da entrega de dinheiro a juro, efetuava um peditório pelas portas. Os irmãos dispunham de umas bolsas, a partir de 1710, para arrecadar as dádivas e na igreja existia um prato para angariar receitas durante as missas celebradas e uma caixa onde anonimamente era colocado dinheiro aplicado na celebração de missas. Como o uso era grande e passavam de mão em mão, as bolsas deterioravam-se, sendo em 1740 consideradas incapazes para a função e mandadas fazer *umas novas de veludo verde bem preparadas de tudo o que fosse necessario*<sup>21</sup>. Nessa altura, a confraria dispunha de dinheiro suficiente para estes luxos, como, aliás, sempre acontecerá para a aquisição de bens de representação.
- 16 Como fazia vários peditórios para angariar dinheiro para celebrar pelas Almas do Purgatório, a instituição envolvia um grande número de homens. Todas as segundas-feiras, domingos e dias santos pedia-se com a bacia ou prato na primeira missa da igreja. Aos domingos e segundas-feiras o procurador distribuía as duas bolsas de veludo a dois irmãos que residissem proximamente para estes pedirem ao longo da semana e entregarem no sábado o recebido a este mesário, devendo devolver conjuntamente com o dinheiro um rol do que lhe foi doado. Para que todos pedissem, o procurador dispunha de um livro para estabelecer rotatividade entre eles. Os estatutos de 1740 previam alguma flexibilidade relativamente aos irmãos que não queriam pedir num determinado momento, deixando que o pudessem fazer noutra oportunidade, embora devessem apresentar as suas justificações que apenas podiam ser aceites se fossem de doença ou ausência. Os que bisassem na recusa sem justificação eram chamados à Mesa para se justificarem e em caso de falta eram multados em 240 réis, podendo ser riscados após 10 dias sem aparecer nem se desculparem<sup>22</sup>. A confraria flexibilizava, mas não tolerava faltas que constituíssem mau exemplo para os demais e simultaneamente prejudicassem as Almas.
- 17 Perante a insistente recusa em pedir pelas portas, a irmandade decidiu comprar mealheiros em 1751, seguindo o que algumas confrarias das Almas da cidade tinham já em funcionamento há vários anos<sup>23</sup>. Os mealheiros eram ainda considerados mais seguros, porque depois da esmola introduzida só podiam ser quebrados perante o tesoureiro e outros mesários, diminuindo a possibilidade de desvio de dinheiro.



- 18 Para serem identificados, os irmãos pediam com as suas becas e com veneras, mandadas confeccionar e periodicamente douradas devido ao seu uso, seguindo, aliás, o sucedido noutras congêneres. Estes símbolos identificadores impunham-se por várias razões: em primeiro lugar pela existência de falsos pedidores e ainda por serem muitas as confrarias da cidade que efetuavam peditórios. Os fiéis deviam saber a quem davam e qual o destino das suas esmolos.
- 19 As receitas não assumiam montantes elevados, mas a venda de bulas e de correias fazia crescer o volume dos ingressos na instituição, ao mesmo tempo que contribuía para associar novos fiéis à confraria, através da figura do confrade, para uma causa de grande significado religioso.

## A circulação de correias e livros entre Braga e Minas Gerais

- 20 Os irmãos eram obrigados em 1721 a desembolsar um cruzado novo para adquirir o livro ou bula e a correia<sup>24</sup>, mas esta última podia ser comprada por fiéis que não pertenciam à confraria, o que exigia o desembolso de mais dinheiro. Esta forma de atuação, procurava que os potenciais interessados gozassem da prerrogativa de pagar menos pelos mesmos bens. Em 1728 os mesários constataram que após o tabelamento das correias para os irmãos a 80 réis e a 100 réis para os que não o eram, vendiam menos devido ao elevado preço, obrigando à sua descida, que passou a ser de 60 réis para os irmãos e de 80 para os restantes. A Mesa ponderou a situação e concluiu que as Almas saíam penalizadas, revertendo a medida anteriormente tomada. No ano seguinte, para atrair irmãos para a Mesa, os confrades resolveram entregar correias gratuitas aos mesários, como forma de gratificar o seu serviço<sup>25</sup>, e de tornar atraentes os cargos que estes desempenhavam, provavelmente pela resistência que alguns ofereciam na sua aceitação. Para tornar mais atrativos os mais altos cargos da confraria como eram o de juiz e de escrivão, em 1731 os mesários decidiram dar-lhes gratuitamente o *livrinho das indulgências*, mas como veremos houve períodos em que tal não se verificou, provavelmente em anos menos folgados em termos financeiros.
- 21 A venda de correias e de livros de indulgências ou *livrinhos* ou ainda *compendios* como eram designados nas fontes aumentou muito a partir da década de 30, tornando-se numa fonte interessante de receitas, mas também num circuito de divulgação dos ideais e práticas da Contra-Reforma no novo mundo. O conhecimento que temos desta circulação de bens chega-nos através de um acórdão de uma reunião em que se debateu a necessidade de um retábulo novo para a capela de S. Nicolau Tolentino e se constatou a dificuldade de angariar verbas para o suportar financeiramente. Seguindo o expediente de outras confrarias da cidade<sup>26</sup> e de fora dela<sup>27</sup>, os mesários enviaram para Minas Gerais, no Brasil, a pedido do irmão João Ferreira Velho, natural de Braga e antigo morador da rua das Cónegas, agora a residir em Minas Gerais, *correias e livrinhos de indulgências que naquellas partes havia falta delas e que se chagaram a vender algumas correias e mil e duzentos réis*. A informação chegou através de uma carta dirigida a um seu tio, Luís Velho, também morador na citada rua, que a direcionou aos mesários da instituição, respondendo à eficácia solicitada pelo sobrinho, em que se oferecia para as vender pelo preço que pudesse, comprometendo-se a remeter o dinheiro para Braga. Informava ainda a muita procura destes bens em Minas Gerais, o que configurava um interessante negócio para a instituição. O emigrante comprometia-se também a remeter com toda a fidelidade o dinheiro que juntasse à confraria, dando garantias da sua honestidade. Considerado o lucro que poderiam auferir, os irmãos determinaram enviar 50 dúzias de correias e 200 *livrinhos* de indulgências. Do assunto ficou incumbido o tesoureiro, que expediria estes bens através do Porto, de onde saíam barcos para o Brasil<sup>28</sup>. Com o lucro desta venda, os irmãos conseguiriam dinheiro para a construção do novo retábulo<sup>29</sup>. A entrega da carta e a resolução da Mesa demonstram não ser a primeira vez que a confraria enviava estes materiais para o Brasil e que aí existia um mercado consumidor, fazendo aumentar o preço. Evidencia também que se dirigiam a um público endinheirado, o que não faltava

nessa altura em Minas Gerais, não em todos os seus habitantes, mas numa fatia da sociedade mineradora, e no caso dos livros a um público que dominava a leitura ou ouvia ler. A atividade mineradora em progresso, arrastou um conjunto alargado de outras atividades económicas e de serviços, gerando riqueza e fazendo crescer o poder aquisitivo de muitos dos seus moradores.

22 Os livros de cariz religioso alcançaram grande relevância entre os textos impressos, auxiliando na divulgação de devoções e práticas religiosas, o que se repercutia na vida dos crentes. A promoção da palavra escrita era mais uma forma de difusão dos ideais da Contra-Reforma<sup>30</sup>. A circulação de livros entre os fiéis da Idade Moderna tem sido um tema pouco trabalhado e menos ainda no que se refere no caso português na relação estabelecida com as suas colónias. Para o Brasil, Juliana de Mello Moraes analisou recentemente esse intercâmbio cultural e religioso entre as Ordens Terceiras de Braga e de São Paulo, sublinhando a ideia da circulação da informação, mas reflete ainda sobre os livros, os leitores e as suas práticas de leitura. Considerada as elevadas taxas de iliteracia na época, a leitura coletiva era uma prática seguida nas referidas Ordens, mas também noutras associações, o que permitia aceder à mensagem do texto escrito<sup>31</sup>. A referida historiadora menciona a pequena dimensão dos livros que saíam da Ordem Terceira de Braga para a de São Paulo, o que facilitava o seu transporte e leitura<sup>32</sup>. Já quanto ao preço, afirma serem relativamente acessíveis, custando 100 réis, em Braga e 160 réis, em São Paulo<sup>33</sup>, o que confirma a ideia do preço muito mais elevado dos livros na colónia sul-americana do que na Metrópole. O envio dos livros impunha-se, devido à inexistência de imprensa no Brasil.

23 Desconhecemos se João Ferreira Velho integrou alguma confraria em Minas Gerais, particularmente as de São Miguel e Almas, como acontecia com muitos outros emigrantes portugueses dedicados à mineração, ao comércio, normalmente de produtos alimentares e outros ou ainda a diversas atividades. A pertença significava afastamento do mundo dos negros e simultaneamente poder para integrar instituições de grande prestígio social<sup>34</sup>. Nesta região, o papel desempenhado em termos sociais pelas confrarias de São Miguel e Almas aos seus irmãos, mas também aos que não o eram, terá sido o responsável pelo surgimento tardio da Misericórdia em Vila Rica, somente em 1738, e da de São João Del Rei, apenas em 1816, pois cumpriam muitas das obras de misericórdia dessas confrarias.

24 Embora em Braga existissem livreiros, os livros ou cadernos que a confraria vendia e oferecia aos mesários eram adquiridos em Coimbra, em grande quantidade, normalmente às centenas para ficar guardada durante algum tempo<sup>35</sup> ou subindo ao milhar, como se verificou em 1745, quando se compraram 1000 *cadernos*, também assim chamados, tendo-se gasto 9.000 réis no seu preço e mais 580 réis no seu transporte<sup>36</sup>. A procura destes cadernos ou livros conheceu uma enorme subida não somente para consumo dos irmãos da instituição, mas também para serem enviados para o Brasil, servindo a confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas de intermediária numa estratégia de divulgação de práticas religiosas que auxiliavam na salvação de Almas. Esta circulação de livros entre as duas partes do Atlântico foi intensa e esteve associada a várias instituições, como se comprova através das Ordens Terceiras<sup>37</sup>.

25 A presença de minhotos no Brasil intensificou-se ao longo do século XVIII, embora esta saída conheça números significativos já na centúria anterior. Foi, contudo, em setecentos que o volume cresceu e esteve diretamente associado à descoberta das minas de ouro e diamantes, mas também a outros fatores. Foi tão grande o caudal de gente que saiu do Norte de Portugal, mas também de outros locais para a colónia sul-americana, que foi necessário colocar um travão, proibindo-se a saída de pessoas para este região.

26 A emigração é em Portugal um fenómeno que se avolumou na Idade Moderna, ganhando um novo fôlego com as Descobertas. O Brasil emergiu com força quando o império do Oriente deu sinais de grandes fragilidades, causadas pelos muitos ataques de franceses, ingleses e holandeses, o que levou a enormes despesas. No século XVII foi a região da Bahia e de Pernambuco que atraiu mais minhotos, em torno da cana açucareira, de outras culturas e da criação de gado<sup>38</sup>. A cidade de Bahia era a capital da colónia sul-americana e cidade com um forte dinamismo comercial, não apenas ligado a Portugal, mas por onde circulavam muitos barcos com direção ao Índico. Foi do Entre

Douro e Minho que mais gente partiu para a colônia sul-americana. Sendo a região mais populosa do Portugal continental, era também pobre, com uma agricultura de minifúndio onde as terras de pequena dimensão permitiam apenas e mal a subsistência. Fugia-se à fome, mas também ao serviço militar e a um sistema de herança que potenciava a desigualdade entre os herdeiros. Em simultâneo, chegavam notícias de um enriquecimento fácil e rápido do outro lado do Atlântico. Mas se a debandada dos campos era maior, também se partia das vilas e de Braga, única cidade minhota até ao século XIX. Estudos recentes têm demonstrado a emigração de muitos bracarenses na região de Minas Gerais durante setecentos<sup>39</sup>, tendo alguns deles ascendido socialmente, tornando-se membros de instituições muito poderosas como era o Santo Ofício<sup>40</sup>. Houve ainda quem da região fosse para além deste perfil e pela muita riqueza acumulada e prestígio alcançados desempenhasse cargos camarários e ascendesse à provedoria das Misericórdias locais, como aconteceu quer na Bahia<sup>41</sup>, quer no Rio de Janeiro<sup>42</sup>.

27 Após a descoberta de ouro em finais do século XVII, Minas Gerais tornou-se num lugar de atração de muita gente, ida do continente, mas também da própria colônia, o que provocou um crescimento muito veloz quer em termos de povoamento, quer de negócios, estes últimos de forma direta e indireta. Só na capitania de Minas, 75,6 % dos seus habitantes entre 1750 e 1779 eram de origem portuguesa<sup>43</sup>, mormente tivesse existido a necessidade de recorrer ao trabalho escravo. Com a riqueza que circulava, a oportunidade de melhoramento social para os que partiam constituía uma hipótese, mas nem todos a conseguiram materializar. A extração de ouro e de diamantes não conheceu sempre os mesmos níveis, mas sabe-se que a partir de meados da década de 30, a mineração obteve um grande impulso<sup>44</sup>.

28 Ainda em 1731, os confrades de S. Nicolau Tolentino e Almas debateram as receitas da instituição e detalharam as suas principais fontes, equacionando o que viria do Brasil, fruto da venda das correias e dos livrinhos de indulgências, mas também o lucro que receberiam das contas benzidas, dinheiro que ficaria em depósito para aplicar na obra do altar e retábulo para o referido santo. Simultaneamente, solicitavam o envolvimento de todos os irmãos na recolha de fundos para o mesmo objetivo. Mas para que não houvesse descaminhos no montante recebido, ordenava-se a existência de um livro para se assentar o lucro das correias *por ir em muito grande aumento a poucos anos a esta parte em que renda melhor de cem mil reis em cada ano*. Apesar disso, refletia-se também na qualidade de muitos tesoureiros que ocupavam estes lugares noutras instituições congéneres, sendo considerados pessoas sem bens de raiz, que faziam dívidas e usavam o dinheiro da instituição para pagar despesas pessoais, partindo para o Brasil sem o entregar, e acordaram eleger para tesoureiro da confraria pessoa de confiança, com consciência e detentor de mais de 300 mil réis em bens de raiz<sup>45</sup>.

29 Esta situação ocorreu na confraria das Almas da capela de São João da Ponte, quando em 1746 o tesoureiro Nicolau Fernandes se ausentou para o Brasil com o dinheiro da instituição, o que a levou esta a proceder contra ele, de forma a executar os seus bens móveis e de raiz<sup>46</sup>.

30 Embora o tesoureiro fosse o mesário encarregue de vender as correias e os livros de indulgências, não as podia comprar nem encomendar por sua iniciativa, fazendo-o somente em nome da Mesa. Normalmente, as correias eram adquiridas às dúzias, sendo o referido mesário obrigado a registar em livro próprio as que recebia para posteriormente entregar o rendimento da sua venda ao escrivão, pagando do seu bolso o dinheiro em falta. Muito mais grave era vender correias sem serem as encomendadas por ordem da Mesa, pois nesse caso incorria em pena de expulsão. Em 1740, as correias que eram adquiridas pelos irmãos custavam 60 réis e as dos confrades 80 réis. Também os livros vendidos aos confrades deviam ser assentes com os nomes, lugares, freguesias e concelho<sup>47</sup>. Procurava-se responsabilizar o tesoureiro por uma atividade importante e lucrativa, mas também que extravasava os muros da instituição, contribuindo muito para a sua imagem pública e receitas.

31 Para prevenir e organizar melhor a arrecadação dos dinheiros provenientes da venda das correias, em 1746 como a sua procura era elevada e não se destinava apenas aos irmãos, muitos outros fiéis que as adquiriam dirigiam-se diretamente à casa do



tesoureiro para o fazerem, a instituição determinou que o tesoureiro no futuro não assentasse no livro das correias o nome das pessoas que não eram irmãs<sup>48</sup>. Mas as preocupações eram maiores e em 1752 a Mesa considerava que nem todos conheciam a residência do tesoureiro, o que resultava em falta de venda de correias e menos dinheiro para as Almas, levando os mesários a mandar fazer uma tábua pintada com a imagem de S. Nicolau Tolentino de um lado e do outro a imagem de Santo Agostinho para ser colocada à porta da casa do citado irmão, identificando o local de venda<sup>49</sup>. Esta forma de publicitação era mais eficaz numa sociedade maioritariamente iletrada e ajudava a vender mais correias.

32 A decisão dos irmãos de S. Nicolau Tolentino e Almas era preventiva e assertiva quanto à sanção a aplicar aos que agissem em contrário, sendo riscados para não mais voltarem a ser admitidos, exceto se pagassem do seu bolso o dinheiro que tinha sido desviado. A penalização era forte e procurava desmotivar atos desviantes à norma.

33 Apesar de a confraria estar determinada a fazer um retábulo para nele ser colocada a imagem do seu patrono com maior esmero, desejando dessa forma ver robustecido o volume de esmolas para as Almas do Purgatório, em 1737 os mesários mudaram de opinião e, num volte face, deixaram cair esse projeto, considerando preferível investir na capela existente e muito particularmente nas festas e nos jubileus. As tocheiras, as tochas e a cera adquiriram relevância e o dinheiro existente passou a ser canalizado para essas compras, sobrepondo-se a grandiosidade das festas ao projeto do retábulo. Recomendou-se ainda que o dinheiro das contas fosse canalizado para essa finalidade<sup>50</sup>. O anterior acórdão foi revogado, embora se mantivesse a bênção das contas, bem como a venda das correias, pois continuavam a ser rentáveis para a instituição.

34 A aquisição de livros e de correias era efetuada à medida que se precisava para venda e se sabia de momentos de maior procura. Em 1744 a confraria encomendou a Coimbra 100 compêndios ou *livrinhos*, no ano seguinte, como referimos, mais 1000, o que deve ter estado associado à chegada de João Ferreira Velho, de Minas Gerais. Nessa altura, era juiz da confraria o frade Manuel Ferreira Velho, provavelmente familiar do emigrante. Desconhecemos a que profissão se dedicava João Ferreira Velho, mas as viagens entre a Metrópole e o Brasil indiciam o transporte de mercadorias, como era frequente em muitos homens que se dedicavam ao comércio na colónia sul-americana. Da venda das correias e dos *livrinhos* apresentou 20 mil réis à confraria, em agosto de 1745, mas não correspondiam a todo o material que lhe tinha sido enviado. Avisou que tinha deixado correias para venda em Minas Gerais em mão de outro irmão, que em devido tempo entregaria o produto desse negócio. A Mesa resolveu vender os compêndios a meio tostão cada um, dar a cada mesário um *livrinho* e uma correia, como em anos anteriores, o que prova que esse costume não estava em funcionamento e, como agradecimento, entregar a João Ferreira Velho um outro caderno e uma correia<sup>51</sup>.

35 Na primavera de 1747 João Ferreira Velho estava de volta a Braga, tendo sido convocado para comparecer numa sessão da Mesa e apresentar contas da venda das correias que tinham ido para o Brasil há anos. Entregou a quantia de 9.095 réis, valor inferior ao primeiramente apresentado. Desconhecemos se esmoreceu a compra de correias e livros ou se a conjuntura das Minas já não permitia a aquisição de tantos bens. O emigrante ausentou-se para Minas Gerais em junho do ano seguinte, ou seja esteve pouco mais de um ano em Portugal. Ofereceu-se novamente, aduzindo o seu enorme gosto em colaborar com a confraria, para levar correias e compêndios para vender nas Minas, transportando também consigo uma procuração da confraria para o fazer e ainda um livro de registo das vendas efetuadas. Levou oito dúzias de correias e 18 cadernos, número muito inferior ao transportado noutras ocasiões. Este confrade tinha ainda a missão de angariar novos membros para a confraria, os quais devia registar num livro encadernado em pergaminho, inscrevendo os seus nomes e as joias de entrada pagas<sup>52</sup>. Tratava-se de um elemento muito ativo, que do outro lado do Atlântico difundia o culto das Almas do Purgatório num território também povoado por confrarias de São Miguel e Almas.

36 Foram muitas as confrarias que surgiram no século XVIII em Minas Gerais, encontrando-se entre elas as das Almas, e tal como refere Caio Boschi era impossível

não ser membro de uma destas instituições, pois quer na vida, quer na morte todos precisavam delas<sup>53</sup>.

- 37 Passados alguns anos, a confraria retomou o projeto do retábulo para S. Nicolau Tolentino e em março de 1749 decidiu que o dinheiro que João Ferreira Velho angariasse no Brasil seria aplicado nesse retábulo, o que significava que mantinha viva a esperança de erguer um altar mais esplendoroso ao seu patrono, mas a partir desta data desapareceram as informações relativas a Minas Gerais e a João Ferreira Velho.

## Notas finais

- 38 O estudo realizado à confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas da igreja do Pópulo de Braga permite analisar a importância que as Almas do Purgatório assumiam no quotidiano da vida dos vivos, mas neste caso em particular as relações estabelecidas com a região de Minas Gerais, da colônia sul-americana, com vista à difusão de um culto, à angariação de receitas, de irmãos e à difusão de ideias contrarreformistas. Local de forte emigração minhota no século XVIII, a citada região conheceu um enorme desenvolvimento provocado pela mineração e atraiu muitos homens saídos do Continente, assim como recorreu à escravatura. Entre eles partiu João Ferreira Velho, confrade da citada associação e membro muito ativo na venda de correias e cadernos de indulgências na região das Minas, bens de grande significado religioso, que contribuíam para fomentar a divulgação de um culto e promoviam o alcance do perdão dos pecados. Serviu de elo de ligação entre dois continentes, por onde passava um comércio em torno do religioso, o que conferia visibilidade a trocas materiais e espirituais. O estudo da circulação destes bens encontra-se em aberto, constituindo um desafio para jovens investigadores, que encontram neste lado do Atlântico fontes conservadas e disponíveis para serem trabalhadas. O estudo do percurso de vida de alguns emigrantes minhotos para a colônia sul-americana na Idade Moderna ganha cada vez mais adeptos na academia portuguesa, porém existe ainda um longo caminho a percorrer nesta matéria, principalmente no que diz respeito a itinerários de vida e ainda à relação do religioso com a cultura material. Nas viagens do emigrante a Braga ou através do envio por barco, circulavam correias e livros de indulgências, servindo como veículos difusores ao culto de S. Nicolau e das Almas do Purgatório, ao qual os interessados locais podiam aderir através da inscrição como irmãos, mas representavam muito mais do que isso. Constituíam uma interessante fonte de rendimento para a confraria, fazendo circular ideias e práticas religiosas entre as duas margens do Atlântico, cuidando em simultâneo da salvação das Almas do Purgatório, um modelo muito popular, num período em que a igreja católica incentivava de forma poderosa o seu resgate, através da ligação entre o Além e o mundo terreno. O sucesso dessa libertação dependia do investimento dos vivos, que deviam implorar de forma contínua pelas que padeciam. A compaixão demonstrada pela sua situação, que um dia seria também a deles, através da celebração de missas, meio considerado muito seguro, da realização de outras celebrações, como festas e ainda da prática de obras de caridade, reverteria no futuro também em favor das suas Almas.

---

## Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Portugal Oitocentista*, Porto, Edição do Autor, 1994.

Araújo, Manoela Vieira Alves “*Nas vezes da Misericórdia*”: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816), Juiz de Fora, Universidade de Juiz de Fora, 2019, tese de Doutorado policopiada.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “A morte e a concorrência entre as confrarias de Braga (séculos XVII-XVIII)”, *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, Brasil, 2017, vol. 1, nº 4, p. 173-191.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário sobre religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de

Ave, 2006.

Azevedo, Carlos Moreira, “Variantes iconográficas nas representações antonianas”, *Cultura. Revista de História das Ideias*, 2010, vol. 27, p. 41-55.

Boschi, Caio, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Mians Gerais*, São Paulo, Ática, 1986.

Chartier, Roger, “Leituras e leitores “populares” da Renascença ao Período Clássico”, in Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *História da leitura no mundo ocidental*, São Paulo, Editora Ática, 1999, 1999, p. 124-125.

Ferraz Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutorado policopiada.

Franco, Renato, *Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa no período colonial 1500-1822*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011, tese de Doutorado policopiada.

Gandelman, Luciana Mendes, *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, tese de Doutorado policopiada.

Gouveia, António Camões, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 290-312.

Krause, Tiago, “Uma elite local e o Atlântico: a Câmara de Salvador e o comércio marítimo (1630-1730)”, in C. L. K. Mathias e C. J. Sampaio Guimarães (orgs.), *Ramificações ultramarinas. Sociedades comerciais. Século XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 131-149.

Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.

Marques, Bernardo Manuel Belo, *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahia dos séculos XVII e XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2018, dis. de Mestrado policopiada.

Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 517-601.

Moraes, Juliana de Mello, “As conexões e a circulação de livros entre as Ordens Terceiras franciscanas nas duas margens do Atlântico, século XVIII”, *Interações*, 2019, vol. 14, nº 26, p. 261-274.

DOI : 10.5752/P.1983-2478.2019v14n26p261-274

Moraes Juliana de Mello, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2010, tese de Doutorado policopiada.

Palomo, Federico, “Cultura religiosa, comunicación y escrita en el mundo ibérico de la Edad Moderna”, in Eliseo Serrano Martín (coord.), *De la tierra al cielo: líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico/Universidad de Zaragoza, 2013.

Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal, 1500-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Paixão, Anne Elise da, *No cárcere divino. A crença no Purgatório, os sufrágios e as indulgências no Rio de Janeiro setecentista*, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020, tese de Doutorado policopiada.

Reis, Maria de Fátima, “As irmandades dos negros em Portugal na Modernidade: resistência e integração social”, in Dillmann, Mauro e Ripe, Fernando (orgs.), *Cuidados com o corpo e a alma na Lusa-América dos séculos XVII a XIX*, Rio de Janeiro, Paisagens Híbridas, 2019, p. 139-146.

Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutorado policopiada.

## Fontes Manuscritas

Arquivo da capela de S. Miguel o Anjo:

*Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas do fogo do Purgatorio com a invocação da Correa de Santo Agostinho, sita na igreja e collegio de Nossa Senhora da Grala do Populo, desta cidade de Braga, 1740.*

*Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do concento do Pópulo 1630-1755.*

*Livro de despeza da Confraria das Almas de S. Nicolao Tolentino do convento do Populo, 1654-1681; 1711-1755.*

## Notas

- 1 Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal, 1500-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- 2 Reis, Maria de Fátima, “As irmandades dos negros em Portugal na Modernidade: resistência e integração social”, in Dillmann, Mauro e Ripe, Fernando (orgs). *Cuidados com o corpo e a alma na Lusa-América dos séculos XVII a XIX*, Rio de Janeiro, Paisagens Híbridas, 2019, p. 140.
- 3 Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Presença, 1989, p. 59. 164-165.
- 4 Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 590.
- 5 Azevedo, Carlos Moreira, “Variantes iconográficas nas representações antonianas”, *Cultura. Revista de História das Ideias*, 2010, vol. 27, p. 41-55.
- 6 Araújo, Manoela Vieira Alves “*Nas vezes da Misericórdia*”: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816), Juiz de Fora, Universidade de Juiz de Fora, 2019, p. 48-59, tese de Doutorado policopiada.
- 7 Arquivo da capela de S. Miguel o Anjo, doravante (ACSMA), *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas do fogo do Purgatorio com a invocação da Correa de Santo Agostinho, sita na igreja e collegio de Nossa Senhora da Grala do Populo, desta cidade de Braga, 1740*, fls. 6-7.
- 8 ACSMA, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas...*, fl. 2.
- 9 ACSMA, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas...*, fls. 8v.-9.
- 10 Paixão, Anne Elise da, *No cárcere divino. A crença no Purgatório, os sufrágios e as indulgências no Rio de Janeiro setecentista*, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020, p.111-121, tese de Doutorado policopiada.
- 11 Ferraz Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, p. 103-104, tese de Doutorado policopiada.
- 12 Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutorado policopiada.
- 13 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do concento do Pópulo 1630-1755*, fl. 1.
- 14 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do concento do Pópulo 1630-1755*, fl. 1v.
- 15 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 15v.
- 16 ACSMA, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas...*, fl. 5.
- 17 ACSMA, *Livro de despeza da Confraria das Almas de S. Nicolao Tolentino do convento do Populo, 1654-1681; 1711-1755*, fl. 69.
- 18 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 28v.
- 19 Araújo, Maria Marta Lobo de, “A morte e a concorrência entre as confrarias de Braga (séculos XVII-XVIII)”, *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, Brasil, 2017, vol. 1, nº 4, p. 173-191.
- 20 Gouveia, António Camões, “O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso”, in José Mattoso (dir.). *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 290-298.
- 21 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 83.
- 22 ACSMA, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas...*, fls. 20v.-21.
- 23 Em 1754, a instituição comprou 325 mealheiros, tendo desembolsado 825 réis. ACSMA, *Livro de despeza da Confraria das Almas de S. Nicolao Tolentino do convento do Populo, 1654-1681; 1711-1755*, fl. 95v.
- 24 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 46.
- 25 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 52v.-53.



26 A Misericórdia de Braga enviou para a sua congénere do Rio de Janeiro uma imagem de São Marcos, em 1721, para com ela se efetuar um pedidório entre os emigrantes portugueses lá residentes, para auxiliar esta instituição.

27 Também a confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave se serviu da mesma estratégia para angariar fundos no Brasil para o seu santuário. Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário sobre religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006.

28 Alves, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Portugal Oitocentista*, Porto, Edição do Autor, 1994.

29 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 57v.-58.

30 Palomo, Federico, "Cultura religiosa, comunicación y escrita en el mundo ibérico de la Edad Moderna", in Eliseo Serrano Martín (coord.), *De la tierra al cielo: líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico/Universidad de Zaragoza, 2013, p. 63, 134.

31 Chartier, Roger, "Leituras e leitores "populares" da Renascença ao Período Clássico", in Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *História da leitura no mundo ocidental*, São Paulo, Editora Ática, 1999, 1999, p. 124-125.

32 Moraes, Juliana de Mello, "As conexões e a circulação de livros entre as Ordens Terceiras franciscanas nas duas margens do Atlântico, século XVIII", *Interações*, 2019, vol. 14, nº 26, p. 265.

33 Moraes, Juliana de Mello, "As conexões e a circulação de livros"..., p. 265.

34 Araújo, Manoela Vieira Alves de, "Nas vezes da Misericórdia"..., p. 158.

35 Em 1705 comprou 300 livros, pagando por eles 11.250 réis.

36 ACSMA, *Livro de despeza da Confraria das Almas de S. Nicolao Tolentino do convento do Populo, 1654-1681; 1711-1755*, fl. 76v.

37 Moraes, Juliana de Mello, "As conexões e a circulação de livros"..., p. 266.

38 Krause, Tiago, "Uma elite local e o Atlântico: a Câmara de Salvador e o comércio marítimo (1630-1730)", in C. L. K. Mathias e C. J. Sampaio Guimarães (orgs.), *Ramificações ultramarinas. Sociedades comerciais. Século XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 131-149.

39 Moraes Juliana de Mello, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2010, tese de Doutorado policopiada.

40 Marques, Bernardo Manuel Belo, *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahia dos séculos XVII e XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2018, dis. de Mestrado policopiada.

41 Gandelman, Luciana Mendes, *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, tese de Doutorado policopiada.

42 Franco, Renato, *Pobreza e caridade leiga - as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa no período colonial 1500-1822*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011, tese de Doutorado policopiada.

43 Araújo, Manoela Vieira Alves de, "Nas vezes da Misericórdia"..., p. 113.

44 Araújo, Manoela Vieira Alves de, "Nas vezes da Misericórdia"..., p. 118.

45 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 61-61v., 64v.

46 Arquivo da igreja de São Lázaro, *Livro de termos da confraria das Almas de São João da Ponte mandado fazer pelo juiz e mesa que servem neste ano de 1726, 1726-1757*, fl. 51v.

47 ACSMA, *Livro dos estatutos da confraria do glorioso Sam Nicolau Tolentino como protector das Benditas Almas...*, fls. 19-19v.

48 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 100v.-101.

49 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 146v.

50 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fl. 72.

51 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 96v.-97.

52 ACSMA, *Livro de termos de Meza da confraria das Almas de S. Nicolau Tolentino do convento do Pópulo 1630-1755*, fls. 123v.-124.



53 Boschi, Caio, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Mians Gerais*, São Paulo, Ática, 1986, p. 62.

---

## Para citar este artigo

### Referência eletrônica

Maria Marta Lobo de Araújo, «Para cuidar da salvação das Almas nos dois lados do Atlântico: a confraria de S. Nicolau Tolentino e Almas de Braga (séculos XVII- XVIII)», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 29 março 2021, consultado o 03 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/84133>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.84133>

---

## Autor

**Maria Marta Lobo de Araújo**  
Universidade do Minho- Lab2/TP

---

## Direitos de autor



Nuevo mundo mundos nuevos est mis à disposition selon les termes de la licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.